

# Congresso rejeitará veto do governo ao orçamento

---

*Inácio Muzzi*

---

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional já dispõe das justificativas necessárias para orientar os parlamentares na rejeição de todos os vetos do governo às alterações patrocinadas pelo legislativo no Orçamento Geral da União. A única exceção admitida pela direção da Comissão diz respeito aos vetos identificados com os objetivos do Plano Verão, como a extinção de órgãos públicos. Os parlamentares esperam receber do Palácio do Planalto, na próxima semana, uma mensagem orçamentária prevendo um novo corte da ordem de NCZ\$ 8,5 bilhões nas contas do governo. "Somente depois que esta mensagem chegar, começaremos a analisar os vetos", definiu o relator da Comissão, senador Almyr Gabriel (PMDB-PA).

Os vetos do governo à versão do orçamento construída pelo Congresso Nacional, afeta 23% (NCZ\$ 22,5 bilhões) dos valores relacionados e prejudica principalmente as dotações para as áreas de educação, transporte, ciência e tecnologia, desenvolvimento regional e irrigação. Basicamente o Executivo acusa o Le-

gislativo de ter aumentado as despesas do orçamento em NCZ\$ 1 bilhão, criando encargos sem receita correspondente. Os técnicos do governo denunciaram a impropriedade do uso de recursos do Orçamento de Crédito para cobrir novas despesas definidas pelos parlamentares e aconselharam o governo a praticar os vetos.

A Comissão de Orçamento, que até 15 de março deverá encaminhar seu parecer sobre o veto ao plenário do Congresso, se preocupa agora em destruir a lógica jurídica da ação do Executivo, além de alertar o Congresso para o prejuízo político de uma aceitação passiva dos vetos. O argumento principal dos parlamentares da Comissão, é de que com os vetos prevalece a proposta orçamentária original do executivo, sem qualquer contemplação às necessidades de investimento identificadas pelo Legislativo. Os membros da comissão acreditam que, mantidos os vetos, o poder Executivo poderá alterar as despesas constantes do orçamento além de favorecer a centralização de decisões de investimento no Ministério da Fazenda.